

1.1 - O JORNAL E OS GÊNEROS

Conceituação Sobre os Gêneros

Define-se gênero como qualquer agrupamento que possua certo número de características comuns convencionalmente estabelecidas. São as semelhanças que existem nas diferentes espécies. As regras para seu estabelecimento surgiram, em princípio, no âmbito das ciências naturais para classificação da fauna e da flora. Posteriormente, passaram a servir na classificação dos estudos em filosofia e daí servindo para definir as formas literárias. Foi através da literatura que passou a ser utilizado na classificação dos textos jornalísticos europeus e americanos.

Os textos jornalísticos se delinearão como gêneros a partir do século XIX, quando a notícia e a reportagem dos acontecimentos mais importantes se consolidaram como material jornalístico. Fato evidenciado na época através dos extensos relatos sobre as guerras e as viagens dos exploradores.

Ao normatizar as características estruturais comuns nos textos jornalísticos, os gêneros passaram a atuar como unificadores e uniformizadores da informação, permitindo que os produtores estruturassem suas matérias numa produção coletiva.

Numa breve avaliação da evolução da eficácia comunicativa dos gêneros jornalísticos, percebe-se um vínculo com a evolução dos recursos de construção da informação, isto é, confirma-se a influência entre o surgimento de novas tecnologias com a evolução das formas discursivas na imprensa.

Para o escritor Alceu Amoroso Lima (1), o *gênero* é “compreendido não como uma imposição ou um modelo, de fora para dentro, mas como uma livre disciplina, de dentro para fora, como princípio ordenador, determinado pela própria arte em sua função criadora” (LIMA, 1990, p. 29). Amoroso Lima esclarece que o *gênero* realiza-se como uma realidade dinâmica, pois, na medida em que o diálogo avança, as formas de apresentação vão mudando. E, por conter caráter mutável, o *gênero* passa a ser instrumento de diálogo entre produtor e receptor.

O gênero tem atuação estratégica na produção e na leitura de si mesmo, permitindo que seja lido e compreendido, e que, diferentemente do funcionamento da obra culta, constitui-se objeto de análise da cultura de massas. Em resumo, fica assinalado que, ao permitir relacionar forma e conteúdo, os *gêneros* ajudam o escritor a escrever e o leitor a ler.

(1) LIMA, Alceu Amoroso.
O jornalismo como gênero literário.
São Paulo: Edusp/Com-Arte. 1990

Não há texto sem intenção, nem leitura sem atribuição de sentidos. E, nessa interação entre intenções de autoria e intenções de leitura, talvez até os principais intérpretes sejam os que lêem, não os que escrevem. Umberto Eco sugere que, entre a intenção do autor que ele considera "freqüentemente irrelevante para a interpretação de um texto e a intenção do intérprete (leitor), existe a *intenção do texto*".

(..)

As fontes também inserem, nessa macrointerlocução, pontos de vista e elementos interpretativos, que a mediação crítica organiza para a difusão social. E tudo isso interage, na construção de um fenômeno a que poderíamos chamar polissemia de conteúdos, do qual nem as notícias nem os artigos podem ser excluídos. (CHAPARRO, 1998, p.104).

Assim, cabe também ao leitor uma parcela de participação no processo jornalístico. Para que a informação veiculada não seja interpretada unilateralmente é necessário que durante a leitura haja espaço para a participação analítica do leitor. Isto só é possível através de um processo interpretativo, considerando-o como um processo de atribuição de significados que vai além do autor. Assim, cabe aos leitores dar sentido aos textos.

Os gêneros jornalísticos, portanto, são "formas que o jornalista busca para se expressar". Seu traço definido está portanto no "estilo", no manejo da língua: são "formas jornalístico-literárias" porque seu objetivo é o "relato da informação e não necessariamente o prazer estético".

Ou seja, a essência do estilo jornalístico estaria na tentativa de fazer o relato do cotidiano utilizando uma linguagem capaz de estar sintonizada com a "linguagem da vida" e que pressupõe o uso de "todos recursos expressivos e vitais, próprios e adequados para expressar a variadíssima gama do acontecer diário".

Os gêneros se diferenciam a partir da articulação existente entre:

Os acontecimentos (a realidade),

Sua expressão jornalística (o relato)

A apreensão pela coletividade (a leitura).

Se gêneros são determinados pelo estilo e se este depende da relação de diálogo que o jornalista deve manter com seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação restrinja-se a universos culturais distintos.

A formulação de gêneros jornalísticos no Brasil está ligada em agrupamentos no espaço dos jornais obedecendo comumente às categorias informativas e opinativas. Essas categorias não se assemelham aos gêneros, pois, os princípios que regem o jornalismo *informativo* não são os mesmos que regem o jornalismo *opinativo*.

Uma categoria jornalística é um universo de mensagens estruturadas, a partir de modalidades narrativas. Isto é, estruturadas a partir dos gêneros jornalísticos. Portanto informar, opinar, interpretar, faz parte de um conjunto de regras que servem para distinguir procedimentos técnico-lingüísticos. “Enquanto as categorias delimitam fronteiras, através das técnicas de coleta de informações e construção dos fatos, os gêneros jornalísticos são responsáveis pelo equilíbrio do universo da linguagem jornalística, embora se configurem como unidades narrativas autônomas”. (PEREIRA, 1994, p. 116)

Trajectoria histórica

Como diz o pesquisador italiano Domenico de Gregório os limites cronológicos do jornalismo não estão no aparecimento das "primeiras e mais rudimentares formas da informação e da propaganda", e sim na "aparición das primeiras folhas periódicas impressas a partir dos começos do século XVI e se desenvolve gradualmente em épocas sucessivas até alcançar no século XIX as dimensões que hoje conhecemos e que o tornam uma das formas mais representativas da civilização contemporânea".

Fica evidente a natureza eminentemente *política* que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social. Suas formas embrionárias - que Domenico de Gregorio rotula como "pré-história do jornalismo" - situam-se em dois níveis. Ou são publicações clandestinas manuscritas ou até mesmo impressas, que circulam à margem do aparelho censório, desafiando o poder absolutista(...) Ou são publicações oficiais (...), mas que, "submetida à censura prévia e licença", (*trazia*) escasso expediente oficial e elogios à corte e aos poderosos, assuntos de nulo interesse público". Não passavam de propaganda governamental.

O autêntico jornalismo - processos regulares, contínuos e livres de informação sobre a atualidade e de opinião sobre a conjuntura - só emerge com a ascensão da burguesia ao poder e a abolição da censura prévia. (MELO, 2003, p. 28)

De qualquer maneira, o fim da censura prévia em fins do séc. XVIII constituiu um fator preponderante para que o jornalismo assumisse fisionomia de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo idéias, combatendo princípios e defendendo pontos de vista. Nesses primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de opiniões, na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava as diferentes correntes de pensamento ou distintos grupos sociais que se confrontavam através das páginas dos jornais. Pois, o exercício da atividade jornalística não requeria grandes capitais. Bastava adquirir apetrechos básicos: como uma prensa manual, tipos móveis, tinta e papel.

Durante o século XVIII o jornalismo francês e o jornalismo inglês suscitaram diferentes padrões de expressão simbólica. Enquanto o jornalismo francês apresentava-se com todo o vigor *opinativo*, promovendo debates, levantando problemas e participando ativamente do cenário político, o jornalismo inglês assumia uma tendência *informativa*, retraindo-se do combate, preferindo distanciar-se ideologicamente do confronto direto com o centro do poder.

○ que se esboçou a partir de então no jornalismo britânico acabou impondo-se como uma bipolarização do material jornalístico no espaço do jornal. Ficou estabelecida em suas próprias páginas a distinção entre as categorias *informações* (*news*) das opiniões (*comments*).

A diferenciação entre as categorias *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo* emergiu da necessidade sócio-política de distinguir os fatos (*news*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas.

○ equilíbrio entre ambas as *categorias* (informação e opinião) com a predominância de uma sobre a outra permaneceu até hoje como uma peculiaridade de cada processo jornalístico.

Mas sem dúvida o *jornalismo informativo* afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação da atualidade em *mercadoria*. A edição de jornais e revistas que, nos seus primórdios, possui o caráter de participação política, de influência na vida pública, transforma-se em negócio, em empreendimento rentável. O rádio e a televisão já nascem e se afirmam nesse contexto mercantil.

Evidentemente o *jornalismo opinativo* não desaparece. Na prática, ele tem seu espaço reduzido. Sua presença na superfície impressa (*fica*) circunscrita às páginas chamadas "editoriais". (MELO, 2003, p. 97)

○ jornalismo mundial por não ser uma entidade unificada, existe aspectos formais que distinguem os diversos jornalismo. "A imprensa estadunidense somente utiliza dois gêneros, enquanto entre os latinos são normais outras divisões em mais de dois gêneros".

○ jornalismo articula-se, portanto em função de dois núcleos de interesse: a *informação* (saber o que passa) e a *opinião* (saber o que se pensa sobre o que se passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição dos fatos e a versão dos fatos. Esse relato só adquire sentido no confronto com o destinatário: e é aí que reside a autonomia do processo jornalístico - que na liberdade que tem um receptor de escolher o que quer saber e através de que meios vai concretizá-lo. Completa-se então o fluxo da determinação ideológica: o leitor/receptor também dispõe de mecanismos para captar o sentido que orienta a ordenação das mensagens jornalísticas.

(...)

Reside aí a bifurcação que identificamos no bojo do relato jornalístico e que chamaremos, para utilizar as expressões correntes, de *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*. Essa categorização exclui naturalmente as tendências rotuladas como *jornalismo interpretativo* e *jornalismo diversional* por não encontrarem ancoragem na práxis jornalística observada no Brasil. Entendemos que a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser um fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do jornalismo informativo. O mesmo ocorre com a diversão, mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária. (MELO, 2003, p. 101)

Características dos Gêneros

Abaixo relacionamos os gêneros informativos e opinativos com suas respectivas características, pautando-nos pela conceituação adotada na bibliografia de José Marques de Melo e comumente difundida nas Redações e nas Escolas de Comunicação:

Nota

Corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração.

Notícia

É o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social.

Resenha

Descrição pormenorizada de uma obra ou evento.

Reportagem

É o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social.

Entrevista

É um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecimento, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade.

Fotografia

Apresenta a realidade através de dois olhares: da objetiva (*da lente*) e o subjetivo (*do olhar*) do fotógrafo. Assim, este gênero flui entre as categorias informativa e opinativa.

Artigo

Representa geralmente a opinião de personalidades representativas da sociedade. O tema é determinado pelo critério e competência do autor. Possui autoria definida e explicitada.

Editorial

É o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento.

Comentário

O comentário possui uma angulação a critério do autor.

Exige continuidade e imediatismo. Possui sempre autor definido e explicitado.

Coluna

É uma opinião temporalmente contínua, sincronizada com o emergir e o repercutir dos acontecimentos. Possui autoria explicitada.

Carta

É a presença e a opinião do leitor no espaço do jornal. Estrutura-se de modo temporalmente mais defasado. Não coincide obrigatoriamente com a eclosão dos fatos.

Crônica

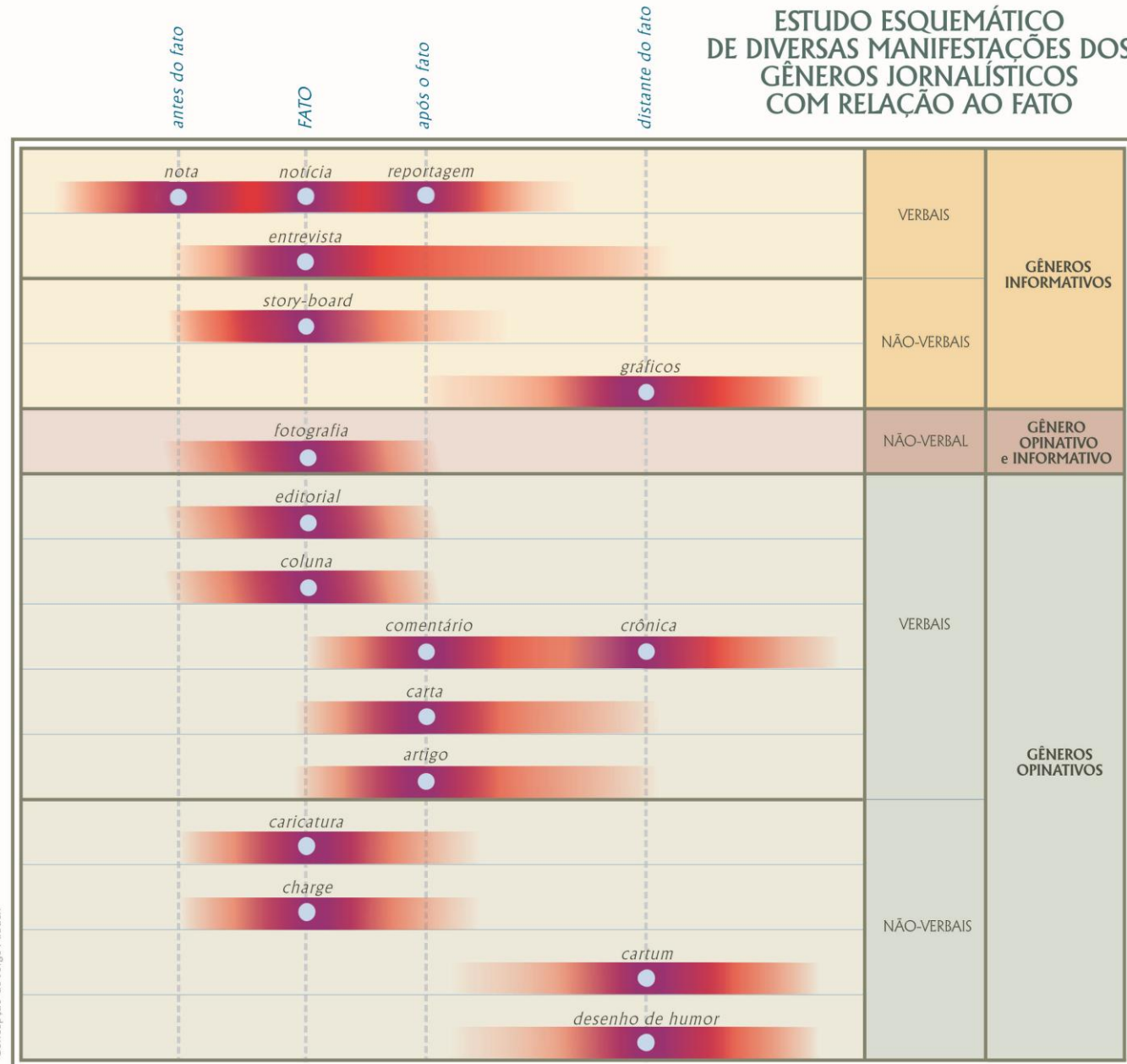
A crônica possui a feição do relato do real, situando-se na fronteira entre a informação da atualidade e a narração literária. O relato da crônica quanto mais perto estiver do noticiário, mais claramente se configurará como Comentário.

Caricatura

Tem por objetivo a crítica e a sátira social e política manifestada através de 2 formas não verbais distintas: a caricatura (personalizada) e a charge (situação).

A seguir é apresentado um estudo esquemático onde é possível visualizar as manifestações de diversos gêneros jornalísticos verbais e não-verbais relacionando-os com o momento em que o fato se revela. Nele é possível perceber, entre outros detalhes, que os *gêneros informativos verbais* (*Nota, Notícia e Reportagem*) encontram-se no mesmo alinhamento evolutivo, diferenciando-se apenas na temporalidade diante da eclosão dos fatos, conforme afirma José Marques de Melo. Como objeto de estudo, procurei ensaiar nesse quadro a manifestação de outras formas gráficas, como o cartum, o story-board, gráficos, etc., É possível perceber também que o gênero *Comentário* evolui para o gênero *Crônica* na medida em se distancia temporalmente do fato. É de se notar também que a incidência do *Desenho de Humor* (de caráter reflexivo) e do *Cartum* (a piada gráfica), ocorrem no mesmo espaço temporal que a *Crônica*, isto é, distante da eclosão do fato.

ESTUDO ESQUEMÁTICO DE DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS COM RELAÇÃO AO FATO



Concepção de Jorge Abach

Classificação de Gêneros no Brasil

(2) BELTRÃO, Luiz.
A imprensa informativa.
São Paulo: Folco Masucci, 1969.

Na escassa literatura sobre o tema dos gêneros brasileiros encontramos os estudos do Prof. Luiz Beltrão. Preocupado com a sistematização e classificação do texto jornalístico, Beltrão tem o mérito de ter sido pioneiro em estudar os gêneros jornalísticos no Brasil. Produziu as primeiras obras de natureza acadêmica voltadas para a consolidação do ensino e da aplicação metodológica no jornalismo brasileiro. Nas obras, em que aprofundou os conceitos sobre as categorias jornalísticas, vários outros pesquisadores se pautaram para formularem seus estudos. Esse autor frisa, em *A Imprensa Informativa* (2), que “a primeira das funções sociais experimentadas pelo jornal moderno é a da *informação*, ou seja, o relato puro do que ocorre de significativo em todos os domínios do pensamento e da atividade humana” (BELTRÃO, 1969, p. 81). Num sentido mais comum, o autor afirma que a *informação* é uma função que consiste em perceber o real para satisfazer as condições da vida e do progresso da humanidade. Antes de entrar em ação, o homem procura conhecer seu meio exterior para adaptar convenientemente as suas reações. Essas reações não são apenas instintivas, pois recorre a uma característica própria da sua espécie – o raciocínio. Assim, por esse meio, reúne às percepções elementares de sobrevivência não somente reflexos orgânicos, mas idéias sobre o próprio destino, modificando o curso da sua existência em um sentido que lhe seja mais favorável. Ao Interpretar os fatos atuais, relacionando-os aos acontecimentos futuros, estuda as causas e suas possíveis conseqüências. E valendo-se de experiências anteriores, chega a uma conclusão pela qual se conduz.

Quanto ao jornalista, este deve levar em conta um dos primeiros deveres da imprensa, que é obter a mais breve e correta apuração dos acontecimentos, publicando-o imediatamente, para torná-los como propriedade coletiva. Assim, organiza o material informativo adequando-o ao objetivo da informação, suprimindo e selecionando o que for apropriado.

Já Alceu Amoroso Lima reforça suas reflexões pessoais sobre o jornalismo demonstrando que a função do jornal é ser intermediária entre a informação e o leitor, devendo estabelecer o melhor critério na seleção dos acontecimentos para sua publicação. Afirma que não existe nenhuma função informativa que não inclua algum tipo de apreciação subjetiva ou impregnada de juízo de valor. Atenta para a distinção entre os fatos que são informados e as opiniões de quem informa. E apesar da distinção, acentua:

(...) o jornalismo informativo é aquele que tem predominantemente por objeto a informação da atualidade; seu fim principal é dar conta do que acontece (...). O jornalismo interpretativo é um modo de aprofundar a informação; seu fim principal é o de relacionar a informação da atualidade com seu contexto temporal e espacial; tem, pois, um sentido conjuntural e não se limita a dar conta do que acontece (...). No jornalismo de opinião, a recopilação de dados informativos é subsidiária, o principal é que o jornalista toma posição a partir desses dados e trata de convencer o leitor de que, esta tomada de partido é a mais adequada ou correta. (LIMA, 1960, p. 8).

José Marques de Melo, dando continuidade aos estudos iniciados por Luiz Beltrão, e revendo a bibliografia internacional, aprofundou a questão dos gêneros jornalísticos praticados no Brasil. Ex-aluno de Beltrão e seu grande admirador, Melo discordou dos critérios que o mestre utilizou para classificar os tipos de textos, e adotou uma nova proposta classificatória.

Pautado no trabalho de Beltrão, a sua análise sobre o *jornalismo de opinião* ganha força quando faz um estudo específico para sua classificação. Nesta análise, afirma que Beltrão adota critérios funcionais e que “não se ateu à natureza de cada um dos gêneros (estilo, estrutura narrativa, e técnica de codificação), mas obedeceu ao senso comum que rege a própria atividade profissional” (MELO, 1994, p. 60). O professor Melo considera dois critérios para sua proposta: a primeira advinda do exercício jornalístico, definindo os *gêneros* relacionados aos propósitos do relato; e o segundo busca identificar a natureza que organiza os relatos.

Após analisar os gêneros norte-americanos, europeus e hispano-americanos, o professor Marques de Melo centrou sua atenção nos periódicos nacionais e propôs classificar o conteúdo jornalístico brasileiro em duas categorias: *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*.

Melo justifica a classificação do discurso jornalístico em *informativo* e *opinativo* através da evolução histórica ocorrida dentro do próprio jornalismo, da qual resultou a “necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (*news*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas”. (MELO, 1985, p. 38)

Na mesma obra em que reúne seus estudos, o autor reafirma o paradigma anglo-saxônico dividindo os textos jornalísticos em categorias de *News* e de *Comments*, isto é, de *Informação* e de *Opinião*. Para organizar sua classificação, Melo fundamenta que as duas categorias em que agrupa os gêneros jornalísticos “correspondem à intencionalidade determinante dos relatos”. Identifica, assim, duas vertentes:

Vertente da “*reprodução do real*”, determinada pela *informação*

Vertente da “*leitura do real*”, determinada pela *opinião*.

“Reproduzir o real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o *atual* e o *novos*. Ler o real significa identificar o valor do *atual* e o valor do *novos* na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos”. (MELO, 1985, p. 62)

Os gêneros que correspondem ao universo da *informação* estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: a sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos protagonistas (personalidades e organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da *opinião*, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: a autoria (quem emite a opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião).” (MELO, 1985, p. 64)

Assim, é possível distinguir os gêneros entre os informativos e os opinativos. O primeiro estaria determinado pela evolução temporal dos fatos, enquanto que o outro teria a estrutura da mensagem co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística, que assumem duas feições: a autoria e a angulação.

Para fins de estudo sobre as formas dos gêneros, apresentamos a seguir os 12 gêneros jornalísticos estabelecidos pelo professor José M. Melo para *Jornalismo Informativo e Jornalismo Opinativo*:

JORNALISMO INFORMATIVO – *nota notícia, reportagem e entrevista.*

Esses gêneros são estruturados a partir:

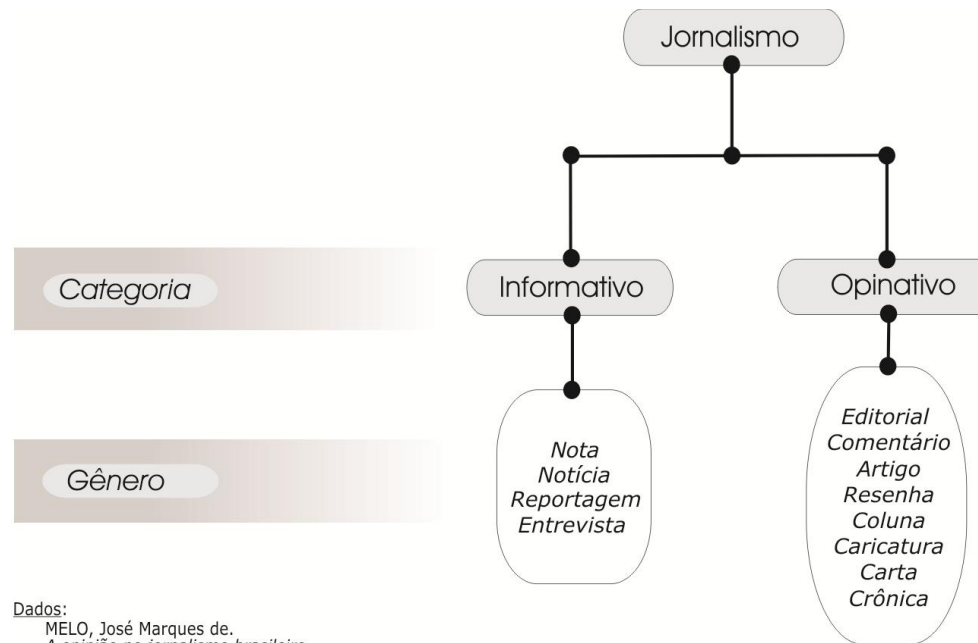
- 1- da evolução temporal do evento
- 2- da relação dos profissionais com os protagonistas do fato;

JORNALISMO OPINATIVO – *editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta*

Esses gêneros são estruturados a partir:

- 1- da autoria (*quem emite a opinião*)
- 2 - da angulação (*perspectiva temporal e espacial, que dá sentido à opinião*)

A seguir apresentamos uma visualização desta classificação:

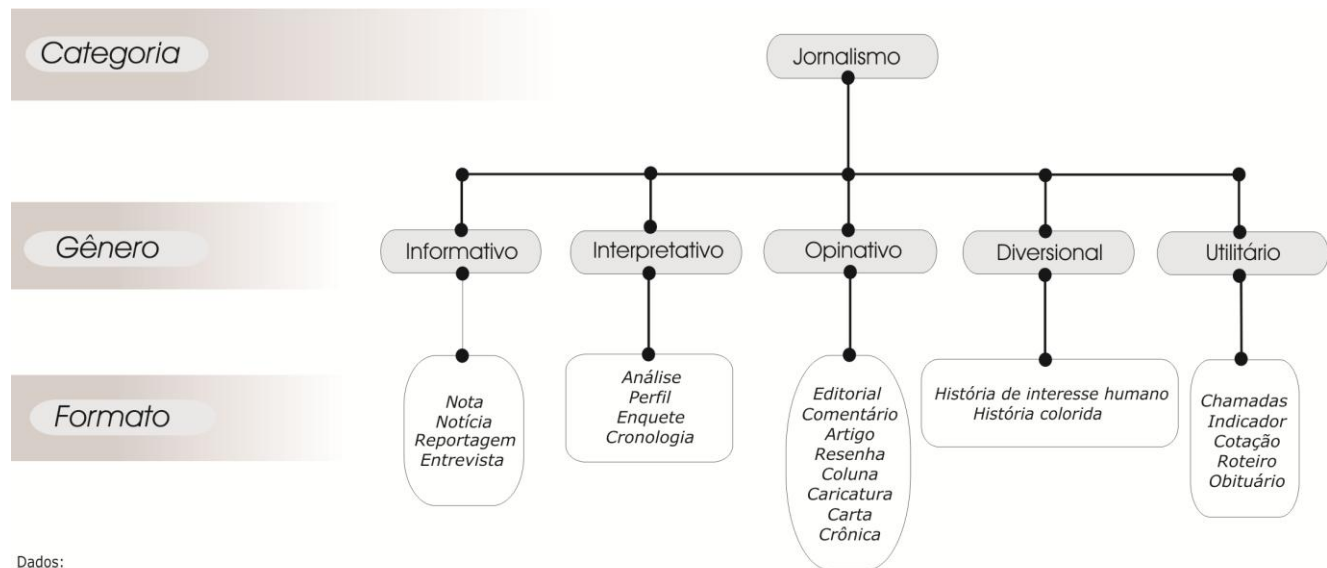


Dados:
 MELO, José Marques de.
A opinião no jornalismo brasileiro.
 2 ed, Petrópolis:Vozes, 1994
 Lay-out:
 Jorge Arbach

(3) DIAS, Paulo da Rocha e
 MENDEZ, Rosemary Bars.
*Gêneros e formatos na comunicação
 massiva periodística- um estudo do jornal
 "Folha de São Paulo" e da revista "Veja".*
 Coord. Prof. Dr. José M. de Melo.
 São Paulo: Universidade Metodista
 de São Paulo, s/d.

Em uma outra proposta acadêmica de classificação dos gêneros jornalísticos (3), encontramos o resultado de uma pesquisa realizada na Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. José Marques de Melo. Nela os pesquisadores procuraram reunir em uma mesma grade classificatória, os gêneros jornalísticos definidos por outros que propuseram a refletirem sobre os gêneros jornalísticos, ou seja, Luiz Beltrão, Alceu Amoroso Lima, Mário Erbolato e José Marques de Melo. Além de reunirem conceitos destes intelectuais e pesquisadores afirmam que em cada gênero há um esquema para se tratar o acontecimento de forma que sua compreensão seja clara e rápida, dando unidade à informação.

Esta grade classificatória é apresentada da seguinte forma:



Dados:
 DIAS; MENDEZ e outros. *Gêneros e formatos na comunicação massiva (...)*. São Paulo: UMEESP, s/d.
 Lay-out:
 Jorge Arbach

Por estarmos nesta presente pesquisa focando a imagem dentro do espaço do jornal, é de se notar que nas duas classificações demonstradas anteriormente não há a inclusão da fotografia em nenhuma das formas apresentadas. Certamente por considerá-la mecanismo contribuinte aos demais gêneros, tanto informativos quanto opinativos.

Quanto aos gêneros desenhados, José Marques de Melo salienta que:

(...) a Caricatura como um gênero jornalístico opinativo, em toda sua essência, surge apenas em forma de Charge nas publicações, junto com o Editorial (...) ficando as demais manifestações a traço incluídas como subgêneros da própria Caricatura, pois essas, apesar de possuírem a forma caricatural e apresentarem juízos de valor, trazem no traço maior carga de informação simbólica, mas buscando no senso estético e na plasticidade da forma a sua sustentação ideológica através da abstração. (MELO, 2003, p. 97)

É necessário expressar aqui que José Marques de Melo ergue uma delimitação de participação do Cartoon (cartum) e dos Comics (quadrinhos) no discurso jornalístico. Frisa que, das quatro formas em que o gênero *Caricatura* se

manifesta (Caricatura, Charge, Cartoon e Comic), apenas duas dessas quatro espécies de *Caricaturas* não pertencem ao universo jornalístico. São exatamente aquelas que ultrapassam a fronteira do real e se fundam no imaginário, "(...) por mais que estejam sintonizadas com o momento vivido, com fatos e personagens da atualidade, seu referencial não é vivido. O *Cartoon* e o *Comic* não possuem limites de tempo e espaço. São criações da livre imaginação do desenhista", conclui.

A presente pesquisa visa também romper este represamento classificatório das formas de manifestações gráfico-artísticas, sugerido pelo Prof. Marques de Melo, considerando que as mesmas não só possuem uma linguagem fundada na imaginação, como também possuidoras de linguagem autônoma, que as permite participar intensamente do discurso jornalístico.